

Processo 031.860/2017-6
Tomada de Contas Especial

Parecer

Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Justiça e Cidadania (Senasp/MJ), em desfavor dos Srs. Antônio José Silva Soares, Marcos Roberto Marques da Silva, Aldo Alves Ferreira e Roberto Parintins dos Santos, sendo os três primeiros titulares da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Governo do Amapá (Sejusp/AP) à época dos fatos, e o último presidente da Comissão de Licitação da Sejusp/AP à época.

2. A instauração da TCE decorreu da não comprovação integral da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à conta do Convênio 088/2003 (siafi 487014), cujo objeto era a implementação do Projeto Cidadão Mirim em quinze localidades do Estado do Amapá, objetivando a redução dos índices de envolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Plano Nacional de Segurança Pública.

3. Os recursos federais foram repassados em parcela única, na data de 4/5/2004, no valor de R\$ 612.000,00, em conta corrente mantida pela Sejusp/AP (peça 3, p.179). O ajuste teve vigência no período de 17/12/2003 a 4/3/2006, e previa apresentação da prestação de contas até **3/5/2006** (peça 2, p. 295).

4. Previa-se a aquisição de materiais de informática e permanente (microcomputador, impressora e freezer), material esportivo (camiseta, meia, short, tênis e outros), material higiênico (papel higiênico, sabonete, creme dental e escova de dentes), alimentação para 800 alunos e material didático (lápiz, fita, caneta e outros), conforme descrição no plano de trabalho (peça 2, p. 29-30).

5. Após fiscalização realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), por meio da qual se constatou diversos indícios de irregularidades, o concedente instaurou a presente TCE e imputou a responsabilidade pelo dano apurado, correspondente a parte do recurso transferido, de acordo com a tabela a seguir, transcrita da instrução da Unidade Técnica (peça 30, p.5):

Tabela 1 - Débitos Imputados aos Responsáveis (Relatório de TCE)

Responsável e Gestão	Valor do Débito (R\$)	Motivo do Débito
Sr. Marcos Roberto Marques da Silva Titular da Sejusp de 3/1/2011 a 3/4/2014	183.316,21	Omissão quanto a adoção de providências com vistas ao saneamento das irregularidades e para o resguardo do patrimônio público diante dos Ofícios 212/2012 e 449/2013 (Parecer 20/2017).
Sr. Aldo Alves Ferreira Titular da Sejusp de 9/7/2007 a 10/9/2010		
Sr. Antônio José Silva Soares Titular da Sejusp de 25/3/2004 a 8/9/2005		
Sr. Antônio José Silva Soares Titular da Sejusp de 25/3/2004 a 8/9/2005	79.800,00	Adjudicação do Convite nº 003/2004, Contendo irregularidades apontadas pela CGU
Sr. Roberto Parintins dos Santos Presidente da CPL/Sejusp à época		

6. Já na fase externa, a Unidade Técnica promoveu, em síntese, as seguintes medidas:
- a. citação do Sr. Antônio José Silva Soares, titular da Sejusp à época dos fatos:
 - i. não comprovar a boa e regular aplicação de valores monetários recebidos por conta do Convênio 088/2003, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJ), na medida em que os mesmos foram retirados da conta específica, sem que ficasse comprovado o nexo entre pagamentos efetivados e bens adquiridos e a efetiva aplicação no Projeto Cidadão Mirim no Estado do Amapá (peça 8);
 - b. citação do Sr. Roberto Parintins dos Santos, presidente da CPL/Sejusp à época dos fatos, **solidariamente** com o Sr. Antônio José Silva Soares, titular da Sejusp à época, por adjudicar a Tomada de Preços 001/2004-CEL/SISP (aquisição de gêneros alimentícios ao Projeto Cidadão Mirim) à empresa que apresentou proposta de preços no valor de R\$ 451.479,24, enquanto que o limite fixado no edital de licitação para fins de contratação seria de R\$ 397.504,32, além de não ficar comprovada a efetiva entrega dos bens aos núcleos requisitantes (peça 9);
 - c. audiência do Sr. Roberto Parintins dos Santos, presidente da CPL/Sejusp à época, por adjudicar o Convite 003/2004-CEL/SISP (aquisição de uniformes ao Projeto Cidadão Mirim) sem a observância de três propostas válidas, resultando na contratação do único participante (peça 9).
7. Ao final de análise dos argumentos trazidos pelos responsáveis, a Unidade Técnica avalia que houve a incidência da prescrição punitiva e propõe, em síntese:
- a) rejeitar as alegações de defesa e razões de justificativa oferecidas;
 - b) julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos Srs. Antônio José Silva Soares e Roberto Parintins dos Santos, condenando-os ao pagamento das importâncias especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora;
 - c) deixar de aplicar multa aos responsáveis, devido à incidência da prescrição punitiva.
8. Diante do caso concreto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União discorda do encaminhamento sugerido pela Unidade Técnica, com as devidas vênias, pelas razões a seguir expostas.
9. Primeiramente, contudo, considera-se pertinente tecer ponderações acerca do instituto da prescrição, tendo em vista que o tema foi arguido pela defesa.

10. Ao julgar, em 17/4/2020¹, o Recurso Extraordinário (RE) 636.886², no qual se discutia o alcance da regra estabelecida no art. 37, § 5º, da Constituição Federal³, relativamente a pretensões de

¹ Julgamento virtual finalizado nessa data.

² Desfecho do julgamento do RE 636.886, consoante descrição apresentada no *site* do STF: “O Tribunal, **por unanimidade**, apreciando o tema 899 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, mantendo-se a extinção do processo pelo reconhecimento da prescrição.” (grifos nossos).

³ Constituição Federal:

ressarcimento ao erário fundadas em decisões de Tribunal de Contas, o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou, com repercussão geral, a tese de que “*É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas*”, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes.

11. Registre-se que, contra o julgamento do STF no RE 636.886, foram opostos embargos de declaração pela Advocacia-Geral da União (AGU), rejeitados pela Suprema Corte em julgamento virtual finalizado em 20/8/2021⁴.

12. Não obstante o RE 636.886 ter sido julgado tendo como contexto a fase de execução de título executivo oriundo de decisão de Tribunal de Contas, é possível constatar, à vista do teor do voto do Ministro Alexandre de Moraes, ao qual aderiram os demais⁵, que a interpretação conferida pela Corte Suprema à matéria constitucional, quanto à inteligência do art. 37, § 5º, da Constituição Federal, é a da prescritibilidade, como regra, da pretensão de ressarcimento ao erário.

13. Segundo constou do item 2 da ementa do acórdão, somente seriam imprescritíveis “*as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa – Lei 8.429/1992*” (grifo nosso), conforme tese anteriormente definida⁶.

14. A conclusão afasta, em nosso sentir, a possibilidade de a Corte de Contas continuar a empregar, no exame de suas TCEs, a Súmula TCU 282, segundo a qual “*As ações de ressarcimento movidas pelo Estado contra os agentes causadores de danos ao erário são [em quaisquer casos] imprescritíveis.*”, por veicular interpretação que não mais se coaduna com o entendimento do STF.

15. Ao mesmo tempo, exige que o TCU se debruce a respeito do prazo e regime prescricionais aplicáveis à pretensão ressarcitória exercida em sede de processo de contas, na medida em que sobre isso não disse a decisão do STF, inclusive por refugir à matéria de direito que lhe fora submetida na oportunidade.

16. Assim, não havendo, na Lei 8.443/1992 ou em qualquer outro diploma legal, disposição específica, incumbe à Corte de Contas apontar, em atenção ao postulado da segurança jurídica e à vista dos parâmetros legislativos existentes, o arcabouço normativo aplicável, de forma a orientar os trabalhos no âmbito do Tribunal e nortear seus jurisdicionados.

17. Isso já foi feito no que tange especificamente à pretensão sancionatória, no Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário (relator Ministro Benjamin Zymler; redator Ministro Walton Alencar Rodrigues), por ocasião da apreciação de incidente de uniformização de jurisprudência – ante a prevalência, àquele tempo, da tese da imprescritibilidade em qualquer hipótese da pretensão de ressarcimento ao erário. Ali se definiu a aplicação das regras gerais de prescrição, tratadas no Código

“Art. 37 *omissis*

(...)

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.” (grifo nosso)

⁴ O STF, por maioria, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator (Ministro Alexandre de Moraes), vencidos os Ministros Roberto Barroso e Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 13/8/2021 a 20/8/2021. Decisão publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) 171/2021, de 27/8/2021 (p. 51).

⁵ Os Ministros Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes acompanharam o Ministro Alexandre de Moraes com ressalvas.

⁶ “São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.” (Tema 897 de repercussão geral).

Civil, aos processos de controle externo, inclusive quanto ao **prazo decenal do art. 205** daquele diploma legal, aplicável quando inexistente prazo específico.

18. Mesmo que reparação e penalidade tenham naturezas distintas, este membro do Ministério Público entende pela aplicação do mesmo regime e prazo decenal à pretensão de ressarcimento, no controle externo, pelas mesmas razões empregadas pelo Tribunal em relação à pretensão sancionatória, em deferência à jurisprudência da Corte de Contas e, também, como forma de assegurar a uniformidade dos critérios de contagem do prazo prescricional.

19. Não se ignora a existência de alguma divergência quanto à aplicação, no âmbito do Direito Público, das normas gerais de prescrição do Código Civil, pela especial pertinência do diploma às relações jurídicas de Direito Privado. Porém, disposições do Código Civil têm, sim, teor de normas gerais de Direito, aplicáveis também ao Direito Público à falta de norma específica.

20. Cumpre esclarecer que a aplicação do regramento do Código Civil à prescrição no âmbito do TCU se faz por incidência direta, na condição de regra geral, o que dispensa o suprimento de lacuna legal, por meio de analogia. Nesse sentido, cabe transcrever excerto da manifestação do Ministro Walton Alencar Rodrigues, assente no voto revisor aprovado pelo Plenário do TCU quando da prolação do Acórdão 1.441/2016:

O silêncio da Lei 8.443/1992, acerca da prescrição da multa, não abre lacuna a ser colmatada por analogia, mas hipótese de incidência da **regra geral de prescrição**, contida na legislação civil codificada.

Haveria, portanto, quando menos, lei formal, dispondo sobre a prescrição do dever-poder sancionador do Tribunal. A expressa disposição legal **impede o uso da analogia**, porque o instituto somente tem lugar na hipótese de omissão da lei. Essa, aliás, a dicção do art. 4º da Lei de introdução às normas do direito brasileiro, que transcrevo:

*“Art. 4º **Quando a lei for omissa**, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.”* (grifos meus)

No caso em exame, não há lacuna a ser preenchida por analogia com o direito público ou civil, mas **regra de incidência direta**, assentada no art. 205 do Código Civil.

Por essas razões, afasto-me das conclusões trazidas pelo e. relator, no sentido de que o Tribunal haveria de subordinar seu poder-dever de impor sanções à prescrição quinquenal, por ser esse o prazo preponderante “no microsistema do Direito Público”.

Manifesto-me, pois, pela incidência da **regra geral de prescrição assentada no Código Civil**, aplicável a todos os casos em que a lei sobre ela não dispuser explicitamente.

(grifos nossos e do original)

21. A mesma linha de raciocínio ora defendida foi desenvolvida no parecer proferido pelo então Procurador-Geral do MP/TCU, Dr. Paulo Soares Bugarin, no âmbito do TC 030.926/2015-7, conforme demonstra o trecho seguinte:

12. Sobre o uso do Código Civil para extrair a norma jurídica aplicável à prescrição da pretensão punitiva afeta às relações de Direito Público, entendo que, sem embargo de reconhecer os contornos próprios de cada disciplina, não se pode delimitar de forma estanque as esferas entre Direito Civil e Direito Administrativo, Direito Público e Direito Privado. Nesse sentido, para alguns doutrinadores, a crescente **constitucionalização** do Direito Civil (expoente do Direito Privado) e do Direito Administrativo (expoente do Direito Público) contribui para a dificuldade, em qualificadas dimensões, na contraposição pura e simples entre Direito Público e Privado.

13. Com efeito, nem tudo que está dentro do Código Civil é propriamente, ou exclusivamente, matéria de Direito Civil. Não se pode olvidar que o CC/2002 também dispõe de matérias consideradas de cunho administrativo, tais como: conceituação de pessoa jurídica de direito público (arts. 40 e 41); responsabilidade civil de pessoa jurídica de direito público (art. 43); fundações (art. 62 e seguintes); bens públicos (art. 98 e seguintes); desapropriação (art. 1.275, inciso V, considerada como causa de perda da propriedade imóvel); as restrições ao uso anormal da propriedade (art. 1.277 e seguintes); a passagem forçada (art. 1.285); a imposição de passagem de cabos e tubulações (art. 1.286); a regulação das águas e questão dos aquedutos (art. 1288 e seguintes); a limitação entre prédios (art. 1.297) e o direito de construir (art. 1299 e seguintes).

14. Da mesma forma, diversos institutos do Direito Civil são corriqueiramente utilizados pelo Tribunal, inclusive em sua atuação **sancionadora**, a exemplo da solidariedade passiva (arts. 275 a 285 do CC/2002) e da desconstituição da personalidade jurídica de empresas (art. 50 do CC/2002).

15. Desta forma, data vênia, não se mostra despropositado ou inadequado utilizar a disciplina do Código Civil para se estabelecer prazo prescricional aplicável ao TCU.

(peça 3, p. 3, do TC 030.926/2015-7 – grifos nossos e do original)

22. Tendo em vista a adoção do Código Civil como marco legal a nortear a tese ora defendida, cabe verificar qual seria o marco temporal a ser adotado pelo Tribunal como início da contagem do prazo prescricional para o exercício da pretensão de ressarcimento.

23. O Código Civil, em seu art. 189, estabelece que “**violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição**, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206”. Para a atividade de controle externo, o momento de violação do direito pode ser associado à data da ocorrência da irregularidade, ou seja, da prática de algum ilícito que acarrete dano aos cofres públicos. Esse seria, portanto, o marco inicial para o exercício da pretensão condenatória do TCU, pelo qual se dá a “apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano”, *ex vi* do disposto no art. 8º da Lei 8.443/1992.

24. Há que se reconhecer, contudo, a suspensão do curso do prazo prescricional sempre que momentaneamente obstado o prosseguimento no exercício da pretensão por razão unicamente imputável ao responsável, a exemplo da submissão extemporânea de elementos adicionais. Uma vez obstada, temporariamente, a pretensão, não deve ter curso a prescrição, por necessária simetria, na medida em que a última constitui, justamente, o prazo legal de exercício da primeira.

25. O referido entendimento é extraído do item 9.1.5 do Acórdão 1.441/2016-TCU-Plenário:

9.1. deixar assente que:

(...)

9.1.5. haverá a **suspensão da prescrição** toda vez que o responsável apresentar elementos adicionais de defesa, ou mesmo quando forem necessárias diligências causadas por conta de algum fato novo trazido pelos jurisdicionados, não suficientemente documentado nas manifestações processuais, sendo que a paralisação da contagem do prazo ocorrerá no período compreendido entre a juntada dos elementos adicionais de defesa ou da peça contendo o fato novo e a análise dos referidos elementos ou da resposta da diligência, nos termos do art. 160, §2º, do Regimento Interno;

(grifo nosso)

26. Raciocínio semelhante se aplica às hipóteses em que o exercício da pretensão de ressarcimento restar intencionalmente obstaculizado em virtude de conduta fraudulenta dos responsáveis, dissimuladora da irregularidade ensejadora do dano ao erário, com fins a lhes assegurar

a impunidade e a retenção de eventuais vantagens ilícitas. Nesses casos, admitir o curso da prescrição desde a ocorrência da irregularidade lhes permitiria beneficiarem-se da própria conduta fraudulenta, da própria torpeza, de forma incompatível com a boa-fé objetiva.

27. Ainda que a lei seja omissa quanto a tal hipótese impeditiva da prescrição, ela decorre da própria lógica da prescrição e do ditame da boa-fé objetiva que, como princípio geral de direito, presta-se à colmatação de lacunas, nos termos do art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

28. Orientações semelhantes são identificadas na jurisprudência do STJ:

(...) 5. Outro relevante e grave aspecto a ser destacado é a intenção deliberada do Sr. Hélio Viana Freitas em obstar a realização de sua citação, como atestado pelo meirinho, em 9.7.2009. **Ao argumentar a existência de prescrição, quando se escondeu intencionalmente e só compareceu aos autos em virtude da realização de penhora on-line nas suas contas correntes, denota propósito de "beneficiar-se com a própria torpeza". Tal conduta não encontra amparo jurídico** e não pode ser chancelada pelo Poder Judiciário. Precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp 1.013.829/RJ, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 14.8.2018; REsp 1.740.260/RS, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cuevas, Terceira Turma, DJe 29.6.2018; AgRg no REsp 1.398.155/RN, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 28.9.2015; REsp 1.366.694/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17.4.2013.

(...)

(REsp 1770249/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 8/11/2018, DJe 19/11/2018) (grifos nossos)

ADMINISTRATIVO. CONTRATO. INADIMPLÊNCIA. ANTECIPAÇÃO DO VENCIMENTO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DO TERMO INICIAL.

1. Trata-se de ação monitória referente ao contrato de abertura de crédito para financiamento estudantil em que a origem afastou a prescrição reconhecida pelo juízo de primeiro grau.

2. **Esta Corte pacificou seu entendimento no sentido de que, mesmo diante do vencimento antecipado da dívida, subsiste inalterado o termo inicial do prazo de prescrição - no caso, o dia do vencimento da última parcela, 10.2.2008.** Precedentes.

3. **Note-se, ainda, que a ninguém é admitido valer-se da própria torpeza. Ora, entender em favor da antecipação do prazo em questão beneficiaria o próprio devedor que criou o óbice para o recebimento do crédito.**

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1247168/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/5/2011, DJe 30/5/2011) (grifos nossos)

29. A circunstância impeditiva da prescrição de que aqui se cogita guarda coerência, ainda, com a teoria da *actio nata*, em sua feição subjetiva, sob a qual não há se falar em inércia daquele a quem caberia exercer a ação sem que ele detenha condições de saber do próprio ato irregular. Segundo a teoria, é a partir da efetiva ciência da violação da ordem jurídica que exsurge a pretensão e, por corolário, a fluência do prazo para o seu regular exercício, haja vista que, repise-se, não se tem por razoável exigir do titular da pretensão o seu devido exercício antes mesmo de que tenha ciência sobre o fato irregular ou seus efeitos (no caso, o dano ao erário). Nessa linha é o seguinte julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. APREENSÃO DE VEÍCULO REVERTIDA JUDICIALMENTE. DANOS EMERGENTES. **PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA *ACTIO NATA*.** (...)

1. O curso do prazo prescricional do direito de reclamar inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa a conhecer o fato e a extensão de suas consequências, conforme o **princípio da *actio nata***. (...).

(...)

(REsp 1257387/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/9/2013, DJe 17/9/2013 – grifos nossos)

30. Registre-se que a adoção da teoria da *actio nata*, em sua subjetiva acepção, é medida que, para além de juridicamente razoável – vez que permite à prescrição operar, de fato, como instrumental garantidor da ordem e segurança jurídicas, em vez de favorecer unicamente ao interesse privado do agente dissimulador – desvela-se imprescindível aos casos em que se apuram danos decorrentes de ilícitos de maior complexidade, que, pela própria natureza de que se revestem, não têm percepção prontamente evidenciadas e, portanto, são impassíveis de ciência imediata pelos órgãos de controle da gestão pública.

31. Não estamos a olvidar que, ao se considerar como termo inicial da prescrição o momento em que o detentor da legítima pretensão obtém (ou poderia obter) a inequívoca ciência do ato irregular, poderá haver situações em que o início do prazo prescricional remanesça suspenso por prazo demasiadamente longo, o que poderia culminar em indesejável prejuízo ao devido processo legal. Para situações tais, caberia ao Tribunal avaliar, como já faz atual e rotineiramente, se o desproporcional lapso desde a prática da irregularidade ensejadora de dano tem o condão de prejudicar o contraditório e a ampla defesa, a exemplo do que preconiza o inciso II do art. 6º da Instrução Normativa TCU 71/2012⁷.

32. Ressalvamos, ainda, a hipótese em que, a despeito do decurso do prazo prescricional, verificam-se indicativos de ato doloso de improbidade administrativa tipificado na Lei 8.429/1992 como causa de dano ao erário, o que, em tese, revestiria a pretensão ressarcitória de imprescritibilidade. Ainda que não caiba ao TCU a capitulação formal da conduta sob tal categoria jurídica, não há impedimento a que o Tribunal prossiga no desempenho de sua atividade fiscalizatória, se assim justificarem a materialidade e a relevância do fato, valendo-se de sua *expertise* na apuração do dano de modo a, inclusive, subsidiar eventual atuação em juízo do Ministério Público comum ou da própria pessoa jurídica de direito público lesada – conforme legitimidade que lhes atribui o art. 17 da Lei 8.429/1992 –, com fins à persecução do ressarcimento ao erário.

33. Em vista dos parâmetros acima apontados, **verifica-se a ocorrência da prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva no caso concreto**. O termo inicial para a contagem do prazo prescricional é **15/5/2006**, data em que a responsável encaminha efetivamente a prestação de contas final (peça 2, p.167), e o ato que ordenou a citação dos responsáveis foi emitido em **7/3/2018** (peça 6), mais de dez anos desde o advento das pretensões sancionatória e ressarcitória do TCU, portanto.

⁷ “Art. 6º Salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

II - houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente;”

34. Caso não venha a ser acolhida a contagem do prazo prescricional com fundamento na tese decenal anteriormente defendida, propomos, subsidiariamente, a aplicação, por analogia, da **Lei 9.873/1999**, a qual estabelece prazo quinquenal e regime específico de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal direta e indireta e dá outras providências.

35. Ainda que o controle externo não se confunda com o exercício sancionatório do poder de polícia – de cuja prescrição a lei trata –, nada impede a adoção da referida norma, com fins à integração normativa – se considerada a existência de lacuna legislativa – por ser a que apresenta, no âmbito específico do regime jurídico de Direito Público, maior aderência às especificidades do controle externo, no que tange à sua face persecutória e ao seu caráter não judicial.

36. Em favor da aplicação da Lei 9.873/1999, não poderíamos deixar de mencionar as abalizadas contribuições do então Procurador-Geral do Ministério Público de Contas da União, Dr. Lucas Rocha Furtado, no TC 001.753/2002-3⁸, e da atual Procuradora-Geral, Dr^a Cristina Machado da Costa e Silva, no TC 020.635/2004-9.

37. Ressalta-se a completude do regime prescricional da Lei 9.873/1999, conforme apontado pela Procuradora-Geral do MP/TCU no mencionado parecer, dispondo a norma do marco inicial de contagem do prazo, na “data da prática do ato [irregular]”, e das respectivas causas interruptivas, enumeradas no seu artigo 2º:

Art. 2º Interrompe-se a prescrição da ação punitiva:

I – pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;

II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;

III - pela decisão condenatória recorrível.

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.

38. À exceção do inciso IV do art. 2º da Lei 9.873/1999, nota-se que as causas interruptivas indicadas nos incisos I a III constituem eventos sucessivos. Após efetuadas as apurações iniciais, com marco interruptivo demarcado por “qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato” (inciso II), e estando presentes as condições de procedibilidade, forçosamente deverá ser promovida “a notificação ou citação do indiciado ou acusado” (inciso I), visto constituir tal ato de comunicação pressuposto de oportunização do contraditório e, assim, condição de validade de eventual condenação, à luz do devido processo legal. Suceder-lhes-á, igualmente, “a decisão condenatória recorrível” (inciso III), se for o caso.

39. Assim, devem ser entendidas como causas sucessivas e não repetíveis de interrupção do prazo prescricional, à semelhança do que se observa no Direito Penal, onde, de igual modo, o legislador optou pelo estabelecimento de causas interruptivas sucessivas, a exemplo do recebimento da denúncia e da publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis (art. 117, incisos I e IV, do Código Penal).

40. Na lição de Marcelo Madureira Prates⁹, com a qual este membro do Ministério Público se alinha:

⁸ Vide, também, manifestação do Dr. Lucas Rocha Furtado no TC 018.404/2007-9 (peça 8 do conjunto de “documentos anteriores à conversão”, distinta da peça 8 do conjunto de “peças” do processo eletrônico).

⁹ Prescrição Administrativa na Lei nº 9.873, de 23.11.1999: entre Simplicidade Normativa e Complexidade Interpretativa. *Boletim de Direito Administrativo*, São Paulo, n. 8, p. 898-910, ago. 2005.

(...) no que toca aos atos que interrompem a prescrição administrativa, acreditamos que **os atos interruptivos previstos no art. 2º [incisos I a III] da Lei nº 9.873/99 constituem sucessão cronológica de atos não-repetíveis nem substituíveis**, o que implica que cada ato aí previsto somente possa ocorrer uma única vez e em momento determinado, já que, praticado o ato posterior, extingue-se a possibilidade de praticar o ato logicamente anterior. Essa visão coaduna-se com aquela e, mais ainda, dela decorre, de que o processo administrativo punitivo há de ser visto como uma sucessão cronológica de quatro fases fundamentais, quais sejam:

- (1) **investigativa**, destinada à apuração dos fatos suspeitos, é dizer, à coleta de elementos indiciários sobre a materialidade do fato e a autoria;
 - (2) **contraditória**, a qual se inicia com a citação do suposto infrator, visando a lhe garantir contraditório e ampla defesa;
 - (3) **decisória**, referente à decisão inicial recorrível; e
 - (4) **recursal**, em que há a decisão final no plano administrativo.
- (p. 905 – grifos nossos e do original)

41. Transpondo-se os eventos previstos nos incisos I a IV do art. 2º da Lei 9.873/1999 para o contexto do processo de contas, pode ser feito o seguinte cotejo:

CAUSA INTERRUPTIVA PREVISTA NO ART. 2º DA LEI 9.873/1999	PROVIDÊNCIA E CORRESPONDENTE MOMENTO DE CARACTERIZAÇÃO	INSTÂNCIA RESPONSÁVEL (sem possibilidade de repetição do “ato inequívoco” que já tenha sido praticado por outra instância)
<i>II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato;</i>	Data do ato administrativo praticado na fase investigativa ou do documento (relatório de fiscalização etc.) que caracterize o “ato inequívoco”, com a “reunião de elementos mínimos de convicção para a caracterização de um ilícito (materialidade do fato e autoria)” ¹⁰ , acompanhado da determinação de providências para averiguar a ocorrência do dano e a identificação dos responsáveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão ou entidade responsável pelo repasse dos recursos¹¹ • Controle Interno • TCU • Outras instâncias de controle (autoridades policiais¹², Ministério Público, entre outras)

¹⁰ PRATES, Marcelo Madureira. Prescrição Administrativa na Lei nº 9.873, de 23.11.1999: entre Simplicidade Normativa e Complexidade Interpretativa. *Boletim de Direito Administrativo*, São Paulo, n. 8, p. 898-910, ago. 2005. p. 905.

¹¹ Jurisprudência do STJ:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA. PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA (DECADÊNCIA). HIPÓTESE INTERRUPTIVA. CONSTATAÇÃO.

(...)

4. (...) a **incontroversa fiscalização deflagrada pelo IBAMA em 03/07/2010 constituiu ato interruptivo do prazo prescricional para a ação punitiva estatal (decadência), a teor do art. 2º, II, da Lei n. 9.873/1999: ‘Interrompe-se a prescrição da ação punitiva: (...) II - por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato.’”**

(Agravado Interno [AgInt] no REsp 1735081/CE, Relator: Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 3/12/2019, DJe 10/12/2019 – grifos nossos)

¹² Jurisprudência do STJ:

“ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO MINISTRO DE ESTADO DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO. ORDEM DENEGADA.

(...)

CAUSA INTERRUPTIVA PREVISTA NO ART. 2º DA LEI 9.873/1999	PROVIDÊNCIA E CORRESPONDENTE MOMENTO DE CARACTERIZAÇÃO	INSTÂNCIA RESPONSÁVEL (sem possibilidade de repetição do “ato inequívoco” que já tenha sido praticado por outra instância)
<p><i>IV - por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da administração pública federal.</i></p>	<p>Primeira possibilidade: data em que o responsável manifesta sua intenção, na fase <u>interna</u> da TCE, de “recolher o valor principal integral atualizado monetariamente, sem a incidência de juros moratórios, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992” (<i>caput</i> do art. 13-A da Instrução Normativa TCU 71/2012) ou a data em que o responsável providencia tal recolhimento e, em seguida, apenas comunica tal providência à Administração (sujeito à complementação de valores).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Órgão ou entidade responsável pelo repasse dos recursos
	<p>Segunda possibilidade (desde que não implementada a primeira): data em que o responsável manifesta, na fase <u>externa</u> da TCE, sua intenção de recolher o débito, ou recolhe o montante que entende devido e, em seguida, comunica tal providência ao TCU (sujeito à complementação de valores).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • TCU
<p><i>I – pela notificação ou citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital;</i></p>	<p>Data da ciência da citação pelos responsáveis ou de publicação do edital no DOU.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • TCU
<p><i>III - pela decisão condenatória recorrível.</i></p>	<p>Data da prolação do acórdão condenatório (sujeito a recurso).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • TCU

42. Quanto à hipótese do inciso I do art. 2º da Lei 9.873/1999, defendemos a sua caracterização, no âmbito do controle externo, apenas quando o responsável toma ciência da citação efetuada pelo TCU (ou quando é publicado o edital de citação no DOU). Não se deve considerar, para tanto, as eventuais notificações anteriores encaminhadas ao responsável, mesmo que tenha havido sua respectiva ciência, por não constituírem atos essenciais e suficientes de comunicação.

43. Conforme assentado na jurisprudência do TCU, somente a citação realizada pelo Tribunal cumpre o efetivo papel de abertura do contraditório e da ampla defesa, de modo que somente sua falha ou ausência têm o condão de invalidar eventual juízo condenatório:

A ausência de notificação do responsável na fase interna do processo de tomada de contas especial não implica vício, porquanto a fase interna constitui procedimento inquisitório de coleta de provas, assemelhado ao inquérito policial, e a fase externa, que se inicia com a autuação do processo no TCU, é que garante o direito à ampla defesa e ao contraditório.
(Acórdão 653/2017-TCU-Segunda Câmara – Relator: Ministro Augusto Nardes)

4. Preliminar de prescrição da pretensão punitiva afastada, porquanto houve a interrupção da prescrição da ação punitiva da administração com as conclusões do Inquérito Policial nº 095/2012-SR/DPF/PB. Incidência do inciso II, do artigo 2º, da Lei nº 9.873/99.

(...)

(MS 21.591/DF, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2018, DJe 26/3/2019 – grifos nossos)

Não há obrigatoriedade de oferecimento de contraditório na fase interna de tomada de contas especial, razão por que a ausência de notificação de responsável nessa fase não prejudica o andamento do processo no TCU. O direito à ampla defesa e ao contraditório deve ser garantido na fase externa.

(Acórdão 1.514/2007-TCU-Segunda Câmara – Relator: Ministro Ubiratan Aguiar)

44. Advertimos, por último, que, a despeito da impertinência da única causa suspensiva expressamente prevista na Lei 9.873/1999 (art. 3º, inciso I) com as pretensões ressarcitória e sancionatória do controle externo, a opção pela aplicação do referido marco legislativo não impede que sejam admitidas outras hipóteses suspensivas, ou mesmo impeditivas, pelas razões já expostas anteriormente neste parecer.

45. Convém ainda registrar que discordamos do auditor instrutor quanto à consideração de mais de uma causa interruptiva de mesma natureza no exame da prescrição sob o regime da Lei 9.873/1999, já que tal consideração possibilita, no limite, infundáveis extensões do prazo prescricional, o que não se coaduna com o princípio da razoabilidade.

46. Por fim, consignamos que os dois caminhos aqui apresentados bem se prestam aos mesmos desideratos, quais sejam, evitar a perpetuação de situações individuais de incerteza jurídica e, indiretamente, garantir um contraditório minimamente tempestivo, essencial à ampla defesa, em termos substantivos – já que essa acaba, de algum modo, fragilizada diante de longo lapso temporal entre o seu exercício e os fatos de que trata –, sem significar obstáculo leonino à relevantíssima busca pelo ressarcimento do erário, dada a complexidade burocrática que envolve. Estão em linha, ainda, com a tese prevalecente no STF, da prescribibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário como regra.

47. Nesse sentido, servem de desfecho à presente discussão as ponderações do Ministro Benjamin Zymler, apresentadas na parte inicial do voto que fundamentou o Acórdão 1.314/2013-TCU-Plenário¹³:

13. De início, anoto que nenhuma das posições defendidas – **prescrição quinquenal por analogia a diversas normas de Direito Público e prescrição decenal com base no Código Civil** – refoge aos padrões da razoabilidade. A questão é controversa, mormente pela falta de disposição legal específica a regular o instituto da prescrição nos processos de controle externo. (grifo nosso)

48. Conforme mencionado anteriormente, o STF rejeitou os embargos de declaração opostos pela AGU, no RE 636.886. Assim, aspectos relevantes atinentes à matéria – tais quais o prazo prescricional aplicável, assim como o respectivo termo inicial, além dos marcos interruptivos e suspensivos – não foram objeto de exame em sede dos referidos embargos.

¹³ Não obstante afirmar a razoabilidade de se utilizar a prescrição decenal do Código Civil ou a prescrição quinquenal prevista em diversas normas de direito público, o Ministro Benjamin Zymler optou pela segunda vertente, ao se pronunciar no voto condutor do Acórdão 1.314/2013-TCU-Plenário:

“23. Sendo assim, fazendo uso de tal critério de integração, **entendo que o prazo prescricional para que o TCU aplique aos responsáveis as sanções previstas em lei deve mesmo ser o de cinco anos, conforme previsto em diversas normas de direito público**, a exemplo do art. 23, inciso II, da Lei 8.429/1992, do art. 142, inciso I da Lei 8.112/1990, do art. 1º do Decreto 20.910/1932, do art. 174 do Código Tributário Nacional, do art. 1º da Lei 9.873/1999 e art. 1º da Lei 6.838/1980 e do art. 46 da Lei 12.529/2011.” (grifos nossos).

49. É oportuno mencionar que, na sessão plenária de 25/8/2021, a presidente da Corte de Contas da União, Ministra Ana Arraes, comunicou sobre a previsão de ser realizada, em 15/9/2021, sessão extraordinária do Plenário para deliberar sobre a prescrição da pretensão ressarcitória, tendo em vista as decisões proferidas pelo STF no RE 636.886. Em informação divulgada por meio do Info-Segepres nº 2, de 14/9/2021, noticiou-se o adiamento da referida sessão extraordinária, e, na sessão plenária realizada em 1/12/2021, por deliberação do Colegiado, a apreciação do processo em que se discute o tema foi adiada para a sessão do Plenário de 9/3/2022, ocasião na qual foi proferido o Acórdão 459/2022-Plenário, contendo, em seu subitem 9.8, ordem para que a Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) forme grupo técnico de trabalho para apresentar ao Plenário do TCU “projeto de normativo que discipline, de forma completa e detalhada, o tema da prescrição da pretensão ressarcitória e da prescrição da pretensão punitiva, tendo por base jurisprudência predominante do STF, adequando-a às especificidades das diversas formas de atuação da Corte de Contas”.

50.

51. Nesse sentido, este membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União considera prudente que se aguarde a definição plenária sobre o tema. Evita-se, assim, que decisões diversas e/ou contraditórias sobre essa temática venham a ser prolatadas pela Corte de Contas.

52. Tecidas as considerações acima concernentes ao instituto da prescrição, passamos a tratar de questão relacionada ao débito em discussão nesta TCE e as imputações de responsabilidades dele decorrentes.

53. Este representante do *Parquet* diverge quanto ao valor do débito levantado, registrando desde já que as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis devam ser parcialmente acolhidas, firme nas razões a seguir expostas.

54. Inicialmente, deve-se ter em perspectiva as irregularidades que ensejaram as **citações** dos responsáveis, já mencionadas anteriormente neste parecer (mas, que, para melhor compreensão, são novamente reproduzidas adiante):

- a. não comprovar a boa e regular aplicação de valores monetários recebidos na medida **em que os mesmos foram retirados da conta específica**, sem que ficasse comprovado o nexo entre pagamentos efetivados e bens adquiridos e a efetiva aplicação no Projeto Cidadão Mirim no Estado do Amapá (peça 8);
- b. aquisição de gêneros alimentícios de empresa que apresentou proposta de preços no valor de R\$ 451.479,24, enquanto o limite fixado no edital de licitação para fins de contratação seria de R\$ 397.504,32, além de não ficar comprovada a efetiva entrega dos bens aos núcleos requisitantes (peças 8 e 9).

55. Compulsando os autos, contudo, não identificamos a ocorrência da irregularidade referente à retirada dos recursos da conta específica do convênio.

56. A fiscalização *in loco* da CGU apontou diversas constatações. Todavia, **não foi registrada** a ocorrência de saque integral dos recursos da conta corrente do convênio, nem sua movimentação em conta distinta (peça 2, p.101, 103-133).

57. Além disso, o Relatório do Tomador de Contas (peça 2, p.279), bem como o parecer do concedente que motivou a instauração da TCE (peça 2, p.231-232, item 9; e p.247) também não

registraram a ocorrência de saque integral dos recursos. Os documentos citados, juntamente com o relatório da CGU (peça 2, p. 127), e os ofícios de citação (peça 8, p.2; e peça 9, p.1), elencam as seguintes irregularidades (peça 2, p.231-232):

- a. ausência de inventário dos bens adquiridos (foram indicadas as unidades relacionadas aos bens, mas sem informar os endereços);
- b. desvio de finalidade na utilização e ausência de localização dos bens permanentes (foi solicitada a apresentação de documentos que comprovassem a efetividade de uso das aquisições);
- c. ausência de comprovação da aplicação dos materiais de consumo adquiridos (sem registro da entrega e utilização do material);
- d. adjudicação da Tomada de Preços 1/2004 com proposta acima do valor orçado (o relatório do tomador de contas não menciona explicitamente essa irregularidade, mas, pelos valores do débito calculado, peça 2, p.235-236, infere-se que foi considerada, pois na tabela de conciliação bancária, constam pagamentos à empresa contratada, W. L. L Lisboa EPP; o relatório da CGU cita essa irregularidade, à peça 2, p.127);
- e. convite (Convite 3/2004) realizado sem o mínimo de 3 propostas válidas e com valor superior ao limite estabelecido pela Administração.

58. Ainda no mesmo sentido, o Parecer Financeiro CGFIS/DEAPSEG nº 241/2013 não menciona a ocorrência da irregularidade incluída na citação pela Unidade Técnica. Há análise inclusive dos extratos da conta e sua conciliação bancária com os pagamentos efetuados, atestando a conformidade dos gastos (peça 2, p.228-229).

59. Dessa forma, considerando as evidências anteriores e avaliando a relação de pagamentos (peça 3, p.42-44) e a conciliação bancária (peça 2, p.235-236), conclui-se que a suposta irregularidade (saque integral dos recursos da conta corrente do convênio ou sua movimentação em conta distinta) constante das citações realizadas carece de substratos fático e documental, razão pela qual os responsáveis não podem ser condenados com base em tal irregularidade..

60. Mesmo não sendo necessário maiores digressões, diante da conclusão anterior, esse representante do *Parquet* pondera, em relação à segunda parte da citação, onde se alega não estar efetivamente comprovada a aplicação dos recursos no objeto do convênio, que as evidências igualmente apontam em sentido contrário.

61. De fato, parecer do concedente sobre a prestação de contas, datado de 29/5/2007, já indicava a execução do objeto da avença (peça 2, p. 69-71, item 8; p. 171), mencionando a entrega pelo conveniente dos termos de localização dos bens, **cópias dos termos de entrega dos materiais permanentes e de consumo adquiridos**, fotos dos equipamentos permanentes com logomarca e fotos dos eventos e seus participantes. Em determinado trecho, o concedente conclui (peça 2, p.171):

1.1.2 - Atingimento parcial dos objetivos do Projeto Cidadão Mirim: No que diz respeito ao objeto do convênio, a área técnica deste Ministério tem a declarar que, a partir da análise da documentação encaminhada, considera o objeto do convênio executado, pois as oficinas foram realizadas junto aos adolescentes de mais de 15 municípios, excedendo, inclusive, o previsto no projeto básico.

(...)

1.1.4 - Ausência de comprovação da aplicação de material de consumo adquiridos com recursos do convênio 88/2003 - Projeto Cidadão Mirim: falta de controles eficientes para

distribuição do material de consumo, não apresentando registro de movimentação do material. Relativamente aos uniformes, em diversas fotografias foi verificado que os jovens participantes do projeto estão utilizando os uniformes (camisetas, shorts e roupas de banho), bem como também, por meio de fotografias, foi verificado o fornecimento de alimentação aos jovens participantes do projeto. Relativamente aos materiais de higiene (de utilização pessoal), bem como os materiais de expediente que deveriam ser utilizados nas oficinas, não foi possível verificar, de forma inequívoca, que os mesmos foram disponibilizados aos participantes. Nesse sentido, indicamos a necessidade de devolução, aos cofres da União, dos recursos relativos a estes itens, solicitando também que o Estado implemente, no caso de projetos futuros, controle de entrega dos referidos materiais aos alunos.

62. Assim, há razoável certeza de que o conveniente adquiriu e recebeu, de fato, a grande maioria dos produtos previstos em seu plano de trabalho, sem registro de ocorrência de irregularidades graves nos atos administrativos relacionados aos procedimentos de aquisição e que pudessem gerar dano ao Erário, a não ser no que se referiu à Tomada de Preços 1/2004, destinada à adquirir gêneros alimentícios, onde a contratação ocorreu por valores superiores ao orçado pelo conveniente.

63. Como visto anteriormente neste parecer, as constatações que fundamentaram a instauração da presente TCE se restringiram, em síntese, a questões relacionadas à ausência de inventário e da localização dos materiais permanentes adquiridos quando da fiscalização da CGU, comprovantes de entrega ao destinatário final dos materiais de consumo (registro de movimentação dos materiais de consumo entre almoxarifado e núcleos requisitantes, peça 2, p.123) e irregularidades relativas à Tomada de Preços 1/2004.

64. Dessa forma, à luz das evidências de que o objeto foi executado, questiona-se se as referidas constatações caracterizariam, de fato, a ocorrência de dano na execução do convênio, à exceção das questões relativas à Tomada de Preços 1/2004.

65. Isso porque o conveniente cumpriu as exigências previstas no termo de convênio de encaminhar o Termo de Localização dos bens adquiridos (peça 2,p.15), o qual não exigia manter registros de movimentações, inventários, movimentações dos materiais de consumo, nem tampouco comprovantes de entrega de uniformes aos estudantes.

66. Deve-se ponderar ainda o fato de não estar cabalmente comprovada a ausência de efetiva entrega dos bens de consumo aos núcleos requisitantes, pois há a informação de que os monitores receberam os materiais (peça 2, p.171, item 1.1.4, reproduzido anteriormente neste parecer), além de se considerar desarrazoado cobrar depois de tamanho lapso temporal (14 anos aproximadamente à época da apresentação das alegações de defesa) a comprovação de recebimentos dos bens de consumo pelo usuários finais.

67. Sobre a localização de computadores e impressoras, como o projeto foi executado pela Polícia Militar, conforme comprovado pelo responsável (peça 24, p.11, 20, 23, 28-31), e registrado em diversas fotos (peça 27), natural que os referidos bens fossem usados pela corporação.

68. Ademais, mesmo se fosse feito um exercício teórico sobre a correta alocação desses equipamentos pelo Polícia Militar para consecução do objeto convencional, tal fato, em tese, não demonstraria existência de dano.

69. No entanto, não aprofundaremos as análises sobre esse aspecto, pois eles **não foram incluídos nas citações realizadas**, razão por que qualquer apuração sobre o assunto dependeria da realização de nova rodada de citações e/ou audiências dos responsáveis, medida que, a julgar pelo

tempo decorrido desde a ocorrência dos fatos, 17 anos aproximadamente, mostra-se inócua frente às dificuldades naturais que tal lapso temporal imporia ao amplo exercício de defesa dos responsáveis.

70. Remanesce, todavia, a irregularidade relativa à aquisição de gêneros alimentícios da empresa que apresentou proposta de preços acima do limite fixado no edital de licitação, que motivou tanto as citações, quanto a audiência realizada, razão pela qual este representante do *Parquet* manifesta concordância com a proposta de julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis.

71. Assim, na hipótese de não incidência da prescrição da pretensão ressarcitória, o montante do débito inicialmente imputado aos responsáveis deveria ser reduzido para aquele referente à Tomada de Preços 1/2004, para aquisição de gêneros alimentícios, ou seja, o montante de **R\$ 53.974,92**, correspondente ao valor pago, menos o valor orçado (R\$ 451.479,24 - R\$ 397.504,32), nos termos considerados pela Unidade Técnica, tendo-se como data de ocorrência a do último pagamento feito à empresa contratada W. Lisboa, ocorrido em **22/12/2005**, conforme relação de pagamentos da prestação de contas (peça 3, p.42, Nota Fiscal 447).

72. Quanto à proposta pertinente à adjudicação do Convite 3/2004 (aquisição de uniformes para o Projeto Cidadão Mirim) sem a observância de três propostas válidas, resultando na contratação do único participante no certame, aquiescemos com a proposta da Unidade Técnica de que a prescrição da pretensão punitiva obsta o sancionamento da conduta..

73. Diante do exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em discordância parcial com a proposta uniforme formulada pela Unidade Técnica (peças 30-32), manifesta-se pela adoção das seguintes providências:

i) o sobrestamento do julgamento desta TCE, nos termos do art. 47 da Resolução TCU 259/2014, diante da pendência da definição plenária do Tribunal de Contas da União a respeito da prescrição da pretensão ressarcitória; e

ii) após o cumprimento da providência expressa no subitem 9.8 do Acórdão 459/2022-Plenário, e fixado o entendimento do Plenário da Corte de Contas da União sobre a questão de direito relacionada à prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário, a retomada do julgamento desta TCE.

74. Caso o relator não acolha a proposta *supra*, este membro do *Parquet* sugere:

- a. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Antônio José Silva Soares e Roberto Parintins dos Santos;
- b. **julgar irregulares** as contas dos responsáveis Srs. Antônio José Silva Soares e Roberto Parintins dos Santos, deixando, porém, de condená-los à reparação do dano (e ao pagamento de multa a ele proporcional), eis que ocorrida a prescrição das pretensões ressarcitória e punitiva;
- c. enviar cópia do Acórdão a ser prolatado à Procuradoria da República no Estado do Amapá, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;
- d. enviar cópia do Acórdão que vier a ser proferido à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania e aos responsáveis, para ciência;

- e. informar à Procuradoria da República no Estado do Amapá, à Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania, e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;
- f. informar à Procuradoria da República no Estado do Amapá que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

Ministério Público, em 19 de Junho de 2022.

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA
Procurador